
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

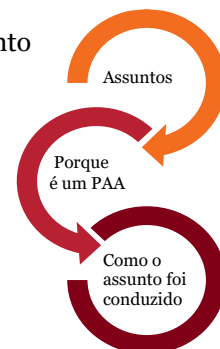
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (notas 3.5 e 11)

O Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros são observáveis no mercado, com a utilização de modelos internos de precificação.

Mantivemos essa uma área de foco de auditoria devido ao uso de modelos internos de mensuração do valor justo que poderiam produzir variações no valor justo diferentes daquelas estimadas pela administração.

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e a realização de testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração ao valor justo dos instrumentos derivativos.

Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros. Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas em notas explicativas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

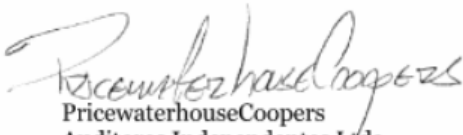
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração do Balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes a caixa	9	2.788.446	1.760.270	Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		10.318.287	5.384.744
				Instrumentos financeiros derivativos	11	10.318.287	5.384.744
Ativo Financeiro ao Custo Amortizado	10	298.854	-	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	15	17.275.877	7.574.153
Empréstimos		298.854	-	Depósitos de clientes e instituições financeiras		4.080.096	5.585.546
				Captações de mercado aberto		135.655	183.693
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	11	27.740.798	14.031.342	Obrigações por empréstimos		13.060.126	1.804.914
Aplicações no mercado aberto		-	1.097.001	Obrigações fiscais	28	167.610	269.215
Aplicações em depósitos interfinanceiros		421.826	158.650	Imposto de renda e contribuição social – Corrente		127.474	60.171
Títulos e valores mobiliários		8.731.011	7.825.891	Imposto de renda e contribuição social – Diferido		-	158.265
Instrumentos financeiros derivativos		18.578.499	4.840.603	Outras		40.136	50.779
Operações de crédito		9.462	109.197	Outros passivos	16	1.195.007	1.388.587
Ativo tangível	12	25.184	15.403				
Ativos fiscais	28	56.763	17.482	Total do Passivo		28.956.781	14.616.699
Imposto de renda e contribuição social – Diferido		32.007	-	Patrimônio Líquido	18	2.899.434	2.361.884
Outros		24.756	17.482	Capital social		2.529.788	2.179.096
Outros ativos	14	946.170	1.154.086	Reservas de capital		-	33.213
				Reservas de lucros		370.097	150.421
				Outros resultados abrangentes		(451)	(846)
Total do Ativo		31.856.215	16.978.583	Total do Passivo e Patrimônio líquido		31.856.215	16.978.583

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração do Resultado consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receitas de juros e similares	21	990.525	444.174
Despesas de juros e similares	22	(1.133.392)	(396.282)
Resultado líquido de juros		(142.867)	47.892
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	24	913.964	983.697
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado	23	623.528	177.223
Ganhos/(perdas) cambiais líquidos		36.413	70.849
Provisão para perda esperada de crédito	10	(3.280)	-
Benefícios a empregados	26	(512.849)	(554.520)
Outras despesas administrativas	27	(162.378)	(168.065)
Outras receitas/(despesas) operacionais	25	(142.278)	(67.283)
Lucro operacional antes da tributação		610.253	489.793
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(255.683)	(149.614)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28	205.085	(79.500)
Lucro líquido do exercício		559.655	260.679
Lucro líquido por ação (em reais)		0,20	0,09
Outros resultados abrangentes		395	-
Remensuração de plano de benefícios definidos	16 (d)	395	-
Resultado abrangente do exercício		560.050	260.679

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração das Mutações do patrimônio líquido consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de capital	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	1.468.596	59.500	45.813	509.929	33.213	-	(846)	2.116.205
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	260.679	-	260.679
Total do resultado abrangente do exercício						260.679	-	260.679
Aumento de capital – homologado	59.500	(59.500)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital – em fase de homologação	-	651.000	(46.000)	(520.000)	-	-	-	85.000
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	-	25.252	-	25.252
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	-	(25.252)	-	(25.252)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Destinações:	-	-	13.576	147.103	-	(160.679)	-	-
Reserva legal	-	-	13.576	-	-	(13.576)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	147.103	-	(147.103)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	1.528.096	651.000	13.389	137.032	33.213	-	(846)	2.361.884
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	559.655	-	559.655
Remensuração de plano de benefícios definidos	-	-	-	-	-	-	395	395
Total do resultado abrangente do exercício						559.655	395	560.050
Aumento de capital - homologado	946.442	(651.000)	(13.389)	(176.590)	(33.213)	-	-	72.250
Aumento de capital – em fase de homologação	-	55.250	-	-	-	-	-	55.250
Pagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	-	43.910	-	43.910
Repagamento do plano baseado em ações	-	-	-	-	-	(43.910)	-	(43.910)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,20 por ação)	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Destinações:	-	-	24.696	384.959	-	(409.655)	-	-
Reserva legal	-	-	24.696	-	-	(24.696)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	384.959	-	(384.959)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	2.474.538	55.250	24.696	345.401	-	-	(451)	2.899.434

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)	1.418.668	(2.272.283)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.122.298	445.504
Lucro líquido do exercício	559.655	260.679
Ajustes ao lucro líquido:	562.643	184.825
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente a caixa	341.643	86.418
Constituição/reversão de provisões operacionais	343	(920)
Outras receitas e despesas operacionais	(20.198)	(8.285)
Depreciação e amortização	25.896	20.593
Reversão de provisão para perdas esperadas de créditos	3.280	-
Participações nos lucros	6.594	7.518
Ativos fiscais e passivos fiscais diferidos	205.085	79.501
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais:	296.370	(2.717.787)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(13.753.005)	(2.729.997)
Ativos Fiscais e passivos fiscais correntes	7.466	-
Outros ativos	8.451	(554.328)
Passivos financeiros ao valor justo no resultado	4.933.543	(1.292.751)
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.701.724	964.588
Ativos financeiros ao custo amortizado	(302.134)	-
Outros passivos	(200.122)	1.074.369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(143.102)	(116.779)
Juros recebidos	538.916	144.076
Juros pagos	(495.367)	(206.965)
Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(21.099)	(9.385)
Aquisição/alienação de imobilizado	(21.099)	(9.587)
Baixa de imobilizado de uso	-	202
Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)	(27.750)	(10.500)
Aumento de capital	127.500	(95.500)
Juros sobre capital próprio pagos	(155.250)	85.000
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes a caixa	1.369.819	(2.292.168)
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	1.760.270	4.138.857
Varição cambial de caixas e equivalentes a caixa	(341.643)	(86.419)
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	2.788.446	1.760.270
(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes a caixa	1.369.819	(2.292.168)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

1) Contexto operacional

O Consolidado Goldman Sachs (“Consolidado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), instituições financeiras privadas, constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, autorizadas a operar como banco múltiplo com a carteira de investimento, carteira de crédito e financiamento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio, bem como a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País. Banco e Corretora estão localizados na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, na cidade de São Paulo, Brasil.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (atual B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”)), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 a autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno.

Em 29 de março de 2023 de , o Comitê de Auditoria revisou as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Consolidado foram elaboradas em atendimento à Resolução nº 4.818/2020 ao qual determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

3) Políticas contábeis e critérios de apuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.1) Base para consolidação

- **Controlada**

Controladas são todas as entidades nas quais o Consolidado detém o controle. O Consolidado controla uma entidade quando está exposto, ou tem direito a retorno, às variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Consolidado. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Consolidado deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da entidade sobre a qual o Consolidado exerce controle estão consolidadas. As operações entre empresas do Consolidado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As práticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pelo Consolidado.

- **Escopo de consolidação**

Nome da Companhia	País de Registro	Segmento	Participação total (em %)	
			Participação em capital votante	Participação em capital social
Goldman Sachs do Brasil CTVM S.A.	Brasil	Financeira	100,00	100,00

3.2) Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

- **Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros**

I) **Alterações na IAS 1** – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- II) **Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros** – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- III) **Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda** – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3.3) Conversão em moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (“moeda funcional”). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira da entidade consolidada estão expressos em Reais.

- **Transações e saldos**

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeiras e são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os itens ativos e passivos monetários são convertidos pelas taxas de câmbio no final de cada período referentes ao ativo e passivo monetário em moedas estrangeiras.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço patrimonial.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e conversões são reconhecidos pelas taxas de câmbio no final de cada período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras nas demonstrações consolidadas do resultado.

3.4) Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa estão compostos por saldos em contas correntes e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

3.5) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Consolidado aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado - (CA);
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – (VJORA);
- Valor Justo por meio do Resultado – (VRJ) ;

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test* – SPPI *Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Consolidado considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI *Test*.

SPPI *Test*: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às condições previstas no SPPI *Test*, além do modelo de negócio, e não seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos instrumentos mensurados ao custo amortizado, os juros auferidos são apurados mediante aplicação do método de juros efetivos, deduzindo a amortização do principal e juros, ajustados das provisões para perda de crédito esperada.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Consolidado estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Consolidado classifica a hierarquia de valor justo conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na nota 8.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Perdas líquidas de ativos e passivos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de provisão para perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses*” – “ECLs”). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). A medição das ECLs deve refletir:

- Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma determinada quantidade de resultados possíveis;
- O valor do dinheiro no tempo; e
- Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios, com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde quando foi inicialmente reconhecido:

- **Estágio 1** - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2** - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- **Estágio 3** - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Metodologia de estimativa de perda esperada “*impairment*”

- **Probabilidade de *default* (“PD”)**: O modelo estima a probabilidade de downgrade e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- **Exposição à inadimplência (“*Exposure at default* – EAD”)**: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria além de fatores macroeconômicos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- Perda em Função da Inadimplência (“*Loss Given Default – LGD*”): O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isso não altera substancialmente seus termos e condições, o Consolidado não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado.

Quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Consolidado reverte o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

O Consolidado também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar o envolvimento contínuo relacionado à transação.

Se houver a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

II) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos. O Consolidado poderá designar passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Consolidado baixa um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro original.

3.6) Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros devem ser compensados, isto é, apresentados pelo valor líquido nos balanços patrimoniais consolidados, se (i) existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e (ii) se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

3.7) Arrendamentos

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Despesas de juros e similares na Demonstração consolidada do resultado.

3.8) Ativo tangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O Consolidado, anualmente ou quando houver qualquer evidência, avalia se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

3.9) Provisões para passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Consolidado tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Consolidado, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como “Despesas de juros e similares”.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

3.10) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos (“impostos sobre a renda”). Os impostos sobre a renda são reconhecidos nas demonstrações consolidadas dos resultados, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. Considerando que o Consolidado é composto pelo Banco, como líder, e por sua subsidiária integral, Corretora, a provisão para contribuição social foi constituída: (i) para o Banco, à alíquota de 20% do lucro tributável no período de janeiro a julho, e à 21% no período de agosto a dezembro (em 2021, à alíquota de 20% no período de janeiro a junho e 25% de julho a dezembro), e (ii) para a Corretora, à alíquota de 15% do lucro tributável no período de janeiro a julho, e à 16% no período de agosto a dezembro (2021 - 15%).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2022 o Consolidado manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração do Consolidado alterou a metodologia do estudo de viabilidade de realização dos ativos fiscais diferidos, considerando as diferenças temporárias sem limitação de prazos de realização. Até o exercício de 2021, o estudo técnico limitava o prazo de realização em até 10 anos.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

Para atendimento aos requerimentos do IAS 12, é efetuada a compensação de um imposto diferido ativo contra um imposto diferido passivo se, e apenas se, estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e houver um direito por força de lei de compensar os impostos correntes ativos contra os impostos correntes passivos.

3.11) Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de doze meses após o final do exercício em que os serviços foram prestados. A contabilização é direta e as respectivas obrigações são mensuradas em bases não descontadas. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(b) Benefícios pós-emprego

Correspondem aos benefícios que serão pagos após o período de emprego. O Consolidado somente disponibiliza aos seus funcionários os planos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é aquele onde o Consolidado faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Consolidado (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o empregado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Consolidado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. Estes benefícios são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Consolidado disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios, de acordo com as regras definidas na convenção coletiva das Instituições Financeiras.

3.12) Plano de pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de opções de ações de incentivos e de unidades de ações restritas (RSUs) por serviços prestados à empresa. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa do valor justo do serviço recebido auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*), que tem como referência o valor justo das opções na data da outorga excluindo os impactos de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não sejam variáveis de mercado.

O Grupo Inc. paga equivalentes de dividendos em dinheiro em RSUs em circulação. O Consolidado firmou contrato de reembolso com o Grupo Inc. sob o qual está comprometido a pagar o valor justo na data de concessão, bem como movimentos subsequentes no valor justo desses prêmios para o The Goldman Sachs Grupo Inc. no momento da entrega das RSUs para seus funcionários.

As variações da marcação a mercado (MTM) e as variações cambiais das RSUs são registradas contabilmente no passivo em contrapartida ao resultado do exercício.

3.13) Reconhecimento de receitas e despesas

(a) Receitas e despesas de juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Este método calcula o custo amortizado de um instrumento financeiro e aloca a receita ou despesa de juros durante a duração do respectivo instrumento. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados pela vida esperada do instrumento ou quando apropriado por um período menor. Quando do cálculo dessa taxa, o Consolidado estima os fluxos de caixa, levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento, mas sem considerar futuras perdas de crédito. O cálculo inclui todas as taxas e comissões diretamente atribuíveis à operação.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(b) Receitas de comissões e prestação de serviços

As comissões e prestações de serviços recebidas são reconhecidas nas demonstrações consolidadas dos resultados utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado quando recebidas ou pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar. O recebimento deste tipo de comissão é auferido em prestações de serviço de assessoria financeira.

3.14) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Consolidado pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial. Os dividendos são contabilizados como um passivo no final de cada exercício.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são calculados e pagos de acordo com o resultado das Demonstrações Financeiras individuais das entidades consolidadas, que respeitam as normas contábeis brasileiras e regulamentações das instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS.

4) Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Consolidado são influenciados pelas práticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração.

Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas de acordo com as regras aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas em experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas dos eventos futuros.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos valores contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(a) Avaliação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação comercial entre partes cientes. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente valores mobiliários classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos financeiros e derivativos.

Caso não haja um preço de mercado disponível para o instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares (dados observáveis) ou com base em técnicas de avaliação usadas no mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc.).

- Modelo *Black & Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps exóticos): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como “*inputs*” no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

Mais informações sobre os ativos e passivos financeiros estão descritas na nota explicativa 8 – Valor justo de ativos e passivos financeiros

(b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas decorrentes dos ativos financeiros não mensurados ao valor justo levam em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

(c) Mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado

O Consolidado apresenta como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração envolve critérios subjetivos de avaliação, tais como: análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d) Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são decorrentes de eventos passados e constituídas com base em processos judiciais onde é provável a saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas considerando as alterações das circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mais informações sobre provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas estão descritas na nota explicativa 16 – Provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

5) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Consolidado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Consolidado. O objetivo do Consolidado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Consolidado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Consolidado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Consolidado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Consolidado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Consolidado; e
- Os instrumentos de capital.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Comitê de Gestão (MC)**

O Comitê de Gestão supervisiona as atividades do Consolidado GS. O Comitê realiza esta supervisão diretamente e por meio da autoridade delegada aos subcomitês que ele estabelecer. O Comitê de Gestão é responsável pelas normas e práticas de negócios, inclusive gestão de risco à reputação e atendimento ao cliente, dentro do escopo de sua missão. As obrigações e responsabilidades do Comitê são:

- receber atualizações regulares a respeito dos negócios do Consolidado GS;
- receber relatórios a respeito dos assuntos regulatórios significativos e da situação financeira do Consolidado GS, inclusive suas demonstrações financeiras trimestrais;
- receber e apresentar os relatórios exigidos pelo regulamento do Comitê;
- cumprir quaisquer outras obrigações e responsabilidades delegadas ao Comitê de tempos em tempos.

- **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria Único do Consolidado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021, conforme alterada, reportando-se diretamente à Diretoria do GSBR. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- verificar o cumprimento de suas recomendações pelas Diretorias do Consolidado;
- recomendar e assessorar a Diretoria sobre a nomeação, contratação ou rescisão de contrato da Auditoria Independente do Consolidado, bem como participar da aprovação de serviços de auditoria, serviços relacionados à auditoria, matérias tributárias ou de controle e/ou outros que forem prestados pela Auditoria Independente;
- decidir sobre a nomeação e a contratação e responsabilizar-se diretamente pela avaliação do trabalho de qualquer empresa de auditoria que não seja a da Auditoria Independente e que venha a ser contratada pelo Consolidado para prestar serviços de auditoria, análise ou certificação para o Consolidado;
- revisar as demonstrações financeiras semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da Auditoria Independente do Consolidado;
- avaliar a efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Consolidado, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar com a Auditoria Independente qualquer questão decorrente das inspeções feitas pela Auditoria Independente, incluindo a resposta da Auditoria Independente a quaisquer deficiências contábeis identificadas;
- elaborar, ao final dos semestres encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, Relatório do Comitê de Auditoria;
- acompanhar os trabalhos de órgãos de supervisão e fiscalização do Consolidado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Comitê de Risco**

O Comitê de Risco do Consolidado GS (“GSBRC”) foi designado para executar as seguintes funções:

- supervisionar a implementação de gerenciamento eficaz de riscos;
- aprovar o nível de risco com o qual a instituição esteja confortável em suas atividades comerciais, incluindo Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco Operacional, Riscos Socioambientais e uso de Capital. Todos os limites de VaR para atividades de negócios novas e/ou existentes, bem como os níveis de posição de tipos e tamanhos previstos, devem ser aprovados pelo Comitê de Gestão de Capital antes da apresentação para aprovação no Comitê de Risco para determinar se o capital projetado é adequado para o plano plurianual;
- garantir a gestão eficaz dos riscos de novos negócios e produtos;
- revisão e monitoramento do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e socioambiental;
- supervisão dos sistemas e controles que dão suporte aos negócios do Consolidado;
- garantir a conformidade com a regulamentação local em relação aos itens mencionados acima.

- **Comitê de Remuneração**

O Comitê de Remuneração do Consolidado GS é um órgão estatutário criado nos termos da Resolução CMN nº 3.921/2010. O Comitê de Remuneração reporta-se diretamente à Diretoria. Dentre as suas atribuições, destacam-se:

- aprovar a remuneração total dos diretores do Consolidado;
- aprovar a política de remuneração do Consolidado no Brasil e quaisquer alterações substanciais;
- preparar anualmente o “relatório do comitê de remuneração” incluindo as atribuições realizadas pelo Comitê de Remuneração e as informações de remuneração quantitativa para os diretores do Consolidado.

- **Comitê de Gestão de Capital (CMC)**

O Comitê de Capital do Consolidado (“Comitê de Capital”) teve sua criação determinada e autorizado pelo Comitê de Gestão, em abril de 2014. O Comitê é um fórum de discussão e de tomada de decisões para todos os assuntos relativos à capital, incluindo a definição e aprovação de alterações propostas à Política de Gestão de Capital e à supervisão do processo de planejamento de capital do Consolidado. Dentre seus deveres e atribuições, destacam-se:

- I) cumprimento às regras estabelecidas pelo Bacen, entre as quais:
 - monitoramento do cumprimento dos limites mínimos de capital determinados pelo CMN e pelo Bacen;
 - estabelecimento dos índices de capital, limites internos e dos níveis de alerta;
 - conformidade com os requisitos de controle interno, processamento dos mesmos e outros requerimentos regulatórios do Brasil;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- revisão do plano de capital para um horizonte de 3 anos;
- revisão das premissas básicas e metodologias utilizadas no cálculo dos índices de capital;
- assessoria ao Comitê de Gestão no que diz respeito às medidas a serem adotadas quando os níveis de alerta forem atingidos.

II) iniciativas internas que podem afetar os limites de capital, incluindo:

- atribuição de capital regulatório às unidades de negócios;
- análise de novos negócios e iniciativas que possam ter impacto significativo nas exigências de capital.

(a) Estrutura de capital

O Acordo de Basiléia, denominado Basiléia III, que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, está estruturado em 3 pilares:

Pilar 1 – Capital Mínimo Requerido: o novo conceito mantém o requerimento mínimo de 8,00% para os ativos ponderados pelo risco.

Pilar 2 – Revisão no Processo de Supervisão: o Supervisor Bancário é o responsável por avaliar como os bancos estão estimando a adequação de suas necessidades de capital em relação aos riscos assumidos.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado (Disclosure): estimula maior disciplina do mercado através do aumento da transparência dos bancos, para que os agentes de mercado sejam bem informados e possam entender melhor o perfil de risco do Conglomerado.

O índice de adequação de capital no Brasil é atualmente de 8%, e tem por objetivo garantir que o Patrimônio de Referência seja suficiente para cobrir os riscos decorrentes de operação com ativos e passivos, bem como daqueles registrados em contas de compensação, assegurando a cobertura das exposições aos diversos riscos.

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I, que compreende o capital e as reservas reconhecidas, e do capital de nível II, que contempla as reservas de reavaliação, instrumentos híbridos e dívidas subordinadas.

O cálculo do capital regulatório do Conglomerado Prudencial Consolidado para a cobertura de risco baseia-se na Resolução do CMN nº 4.958/21, que dispõem sobre os critérios de apuração do Patrimônio de Referência (PR). O PR é composto pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de commodities, das operações sujeitas à variação do preço de ações – e risco operacional. O cumprimento dos limites acerca do capital regulatório é estritamente observado e seguido pela administração e monitorado diariamente pela área de Riscos. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2022 é de 17,7% (2021 – 21,8%).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital qualificado para o nível 1	2.845.230	2.363.028
Patrimônio de referência – PR	2.845.230	2.363.028
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	16.058.480	10.852.613
RWA risco de crédito	8.387.699	6.304.070
RWA risco de mercado	5.572.617	2.987.839
RWA risco operacional	2.098.164	1.560.704
Índice de Basileia	17,7%	21,8%

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo BACEN a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.955/2021.

Limite de exposição por cliente: nos termos da legislação em vigor, o limite máximo de exposição total às contrapartes é de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Regulatório Nível 1 do Conglomerado Prudencial.

A adequação de capital tem por objetivos cumprir os requerimentos de capital assim como definidos no Acordo de Basileia, manter uma base de capital sólida para sustentar o desenvolvimento dos negócios e assegurar a habilidade do Consolidado em prover retorno aos seus acionistas.

A meta do Consolidado é manter um nível de capital próprio que exceda os índices mínimos de capital regulatório exigidos nos termos da legislação em vigor, com um *buffer* que reflita o ambiente de mercado, o *mix* de negócios e as futuras alterações regulatórias de capital.

Limite de Exposição Cambial: De acordo com o artigo 2 da Resolução 4.956/21, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial. O limite também abrange exposições cambiais de subsidiárias e dependências localizadas no exterior. O cumprimento de tal limite é diariamente observado e seguido pelo Conglomerado.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

O Consolidado estabeleceu indicadores de alerta prévio relacionados ao capital no Plano de Contingência de Capital, que são monitorados diariamente, quais sejam:

- **Índice de Capital de Basileia (“*Capital Ratio*”)**: os indicadores estabelecidos servem como alertas prévios de que os índices de capital do Consolidado estão se aproximando dos índices mínimos; e
- **Limite de Exposição por Cliente (“*Single Name Limit*”)**: assegura que o Consolidado não tenha exposições superiores a 25% de seu capital regulatório vinculado a um único cliente ou grupo econômico.
- **Limite de Exposição Cambial**: assegura que o Consolidado não ultrapasse o limite máximo de exposição cambial estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial.

Dessa forma, a estratégia do Consolidado é implementar ações para reduzir riscos com antecedência suficiente em um período de retração (seja idiossincrática ou sistêmica) para evitar atingir os próximos níveis de alerta de riscos.

6) Gerenciamento de risco – Visão geral

O Consolidado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sociais, ambientais e climáticas. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

- **Governança**: A estrutura de governança do Consolidado detêm o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Consolidado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.
- **Processos**: São mantidos pelo Consolidado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O Consolidado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.
- **Pessoas**: A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliação destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Consolidado.

O Comitê de Riscos do Consolidado (GSBRC) tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Consolidado atua no Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

As obrigações e responsabilidades do Comitê incluem o monitoramento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e social, ambiental e climático. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de quaisquer oportunidades de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos (“assuntos”) sobre a reputação do Consolidado.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrerem perdas associadas ao descumprimento das obrigações pactuadas em contrato entre as partes envolvidas.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;
- Risco país: possibilidade de perdas ocorridas em decorrência de eventos em um determinado país ou que afetem um país em particular, podendo incluir, mas não limitando-se a, (i) desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais; (ii) desempenho da moeda ou mercado financeiro; (iii) mudanças nas políticas governamentais que podem afetar o ambiente regulatório; (iv) controles ou trocas políticas que restringem a capacidade de remessa de fundos offshore; (v) ou atos de violência ou guerra.
- Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A exposição ao risco de crédito do Consolidado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é decorrente de recursos financeiros aplicados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis de corretoras, operadores, câmaras de compensação, clientes e terceiros.

A gestão de risco de crédito é um processo multifacetado que incorpora uma série de funções que requerem julgamento e conhecimento sobre os clientes, países, setores e produtos. Essas funções e processos incluem:

1. Avaliação de risco: uma avaliação da chance ou probabilidade de inadimplência por parte do cliente e da contraparte, possibilidade de recuperação, e o impacto dessa inadimplência sobre o Consolidado;
2. Mensuração do risco: cálculo da exposição de crédito atual e potencial durante a duração de uma transação ou carteira de transações e o cálculo do prejuízo resultante da inadimplência por parte do cliente ou da contraparte;
3. Aprovação transacional e definição de limite para a exposição de crédito: processo pelo qual julgamentos de crédito são feitos, limites estabelecidos e comunicados;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

4. Monitoramento da conformidade com o limite de exposição de crédito: a avaliação constante da exposição de crédito relativa aos limites estabelecidos;
5. Reporte da exposição do risco de crédito e a conformidade com os limites de risco de crédito: elaboração de relatórios contendo as informações das exposições de crédito no nível das contrapartes e das carteiras para os gerentes seniores e outras partes relacionadas;
6. Gerenciamento de exposições e mitigadores de perdas: gerenciamento de transações e carteiras existentes para minimizar ou eliminar os riscos de crédito das contrapartes.

Assim, a gestão de risco de crédito é responsável por avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito no Consolidado com o intuito de antecipar potenciais deteriorações na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações.

Identificar e avaliar o risco de crédito é uma função criticamente importante do processo de gestão de risco de crédito. O objetivo é avaliar com precisão várias medidas de risco de crédito, incluindo: exposições correntes e potenciais, o valor de mercado do risco de crédito e sua variabilidade. A identificação e avaliação bem-sucedida dos riscos de crédito permite que o Consolidado precifique, limite e transfira esses riscos adequadamente.

A área de Gestão de Risco de Crédito é independente das unidades geradoras de negócios, reportando-se ao diretor de risco do Banco.

O Grupo GS possui comitês com a responsabilidade de criar e revisar políticas e parâmetros de crédito aplicáveis a todo o Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas globais e as adequa às especificidades do Consolidado, garantindo assim a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas aprovadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que a Firma assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, no que diz respeito a todos os produtos, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

- **Análise do risco de crédito**

Não existe uma metodologia única para avaliar o risco de crédito que possa ser aplicada a todos os produtos e situações. O Departamento de Crédito desenvolveu várias abordagens de avaliação que são adotadas de acordo com o produto específico ou área de negócio, dentre outros fatores. Em todos os casos, o departamento busca ser atual e abrangente na sua avaliação de risco de crédito. As metodologias usadas para avaliar o risco de crédito são frequentemente revisadas e atualizadas com o objetivo de manter sistemas e procedimentos que sejam consistentes com as melhores práticas do setor.

O Departamento de Crédito analisa as contrapartes de acordo com uma estrutura de comitês de classificação de risco que se reúnem pelo menos mensalmente. O principal objetivo dos comitês de classificação de risco é assegurar que: a classificação interna de crédito esteja estabelecida em níveis adequados e que as análises de crédito sejam consistentes, precisas, completas e de alta qualidade. As reuniões do comitê de classificação de risco também oferecem um fórum para a discussão de tendências de crédito em um determinado setor ou segmento e são estruturados regional ou globalmente (incluindo todas as regiões).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Metodologias de avaliação do risco de crédito**

- **Exposição Potencial (PE)**

Exposição potencial futura, ou simplesmente exposição potencial (PE), é uma das principais métricas usadas para definir e limitar o risco de crédito. Em geral, é definido como uma estimativa do custo de reposição futura de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte.

- **Exposição Corrente (CE)**

Exposição corrente é geralmente definida como o valor médio de mercado positivo ou a marcação a mercado atual (MTM) de uma transação ou carteira de transações com uma contraparte após a avaliação de todas as transações com a mesma contraparte.

- **Teste de *Stress***

O Departamento de Crédito usa várias ferramentas de teste de *stress* para avaliar a sensibilidade do risco de crédito de uma contraparte, área de negócios ou setor a mudanças nos níveis de mercado. O leque das aplicações atuais inclui testes de *stress* regulares e pré-definidos que rodam automaticamente para todos os principais produtos de derivativos OTC. É importante observar que cada cenário de teste de *stress* não avalia a probabilidade estatística de um evento vir a ocorrer, mas busca avaliar a sensibilidade da carteira selecionada a um evento.

Os testes de *Stress* são realizados com regularidade para calcular exposições de crédito, incluindo possíveis impactos resultantes de mudanças em fatores de risco de crédito, tais como: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de ações. Tais impactos incluem uma ampla gama de movimentos de mercado mais moderados e mais extremos.

- ***Wrong Way Risk***

O *Wrong way risk* ocorre quando uma exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito da mesma contraparte. O Departamento de Crédito distingue entre *wrong way risks* específicos, onde a exposição está contratualmente ligado de forma adversa à contraparte em si (ou seja, transações de auto referência); e *wrong way risks* gerais, que de maneira mais geral abrangem outras fontes possíveis de correlação positiva entre a exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

Exposição máxima ao risco de crédito

O Consolidado mede o seu risco de crédito com base nas possíveis perdas em caso de não pagamento por parte de um cliente ou deterioração das suas condições financeiras, dispondo-se de limites de crédito em diversos níveis (partes envolvidas, grupo econômico, setor, país) para controlar a dimensão de suas exposições de crédito.

A tabela abaixo mostra o pior cenário possível quanto à exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não considerando a realização de qualquer garantia.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Para itens reconhecidos nas demonstrações financeiras (*on balance*), os valores contábeis são as próprias exposições máximas e estão listados abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes a caixa	2.788.446	1.760.270
Aplicações no mercado aberto	-	1.097.001
Ativos financeiros ao custo amortizado	298.854	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.826	158.650
Títulos e valores mobiliários	8.731.011	7.825.891
Instrumentos financeiros derivativos	18.578.499	4.840.603
Operações de crédito	9.462	109.197
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	226.021	225.852
Total da exposição ao risco de crédito	31.054.119	16.017.464

- Acompanhamento de inadimplência de crédito

O Departamento de Risco de Crédito acompanha as inadimplências de crédito para os negócios e atividades que estejam dentro de sua esfera de competências. Os responsáveis regionais do time de *Workout & Restructuring* (W&R) lideram os trabalhos de acompanhamento e mantém uma base de dados centralizada de todas as inadimplências de crédito.

Casos de inadimplência são analisados pela governança de risco e são reportados regularmente para a alta administração dentro do Departamento de Risco de Crédito.

- Classificação por nível de risco

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada com base nos parâmetros do sistema interno de classificação adotado pelo Consolidado. Tais parâmetros levam em consideração, entre outras características, a classificação do risco de crédito soberano apurado segundo os critérios globais do Grupo. Nesse contexto, o risco de crédito mínimo, geralmente, utilizado para classificar as contrapartes localizadas no país é o risco de crédito soberano.

Assim, os ativos financeiros são classificados por nível de risco de crédito baixo, médio ou alto, sendo:

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	Baixa probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Médio risco	Média probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações
Alto risco	Alta probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Com base nesses parâmetros de nível de risco definidos como baixo, médio e alto, o Consolidado apresenta a seguinte posição:

Nível de risco	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Risco baixo		
Caixa e equivalentes a caixa	9.041	1.865
Títulos e valores mobiliários	4.674	-
NDF	13.161	-
Opções	3	-
SWAP	104.432	-
Termo de Títulos	2.594.893	48
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	225	224.852
Subtotal	2.726.429	226.765
Risco médio		
Caixa e equivalentes a caixa	2.779.405	1.758.405
Certificados de depósitos interfinanceiros	421.826	155.245
Títulos e valores mobiliários	8.559.427	7.524.393
Operações compromissadas com BACEN	-	1.097.001
NDF	532.143	250.954
Opção	9.641.612	522.470
Swap	4.003.717	4.697.989
Termo de Títulos	233.194	-
Operações de crédito	9.462	109.197
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	1	999
Subtotal	26.180.787	16.116.653
Risco alto		
Termo de Títulos	1.937.860	23
Operações de crédito	298.854	-
Títulos e valores mobiliários	165.433	299.123
Swap	79.506	17.674
NDF	15.174	126.817
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	3.405
Opção	1,939	-
Subtotal	2.498.766	447.042
Risco de liquidação		
Títulos e valores mobiliários	1.477	2.375
Subtotal	1.477	2.375
Total (*)	31.407.459	16.792.835

(*) Os valores estão apresentados antes do efeito decorrente da compensação dos ativos e passivos financeiros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Controle de limite de riscos e políticas de mitigação

O Conglomerado administra, determina os limites e controla as concentrações de risco de crédito para clientes individuais ou grupos e segmentos da indústria.

Os principais instrumentos mitigadores de risco de crédito utilizados são:

Garantias

A forma mais tradicional de mitigação de risco de crédito é a obtenção de garantias. As principais garantias detidas pelo Conglomerado são os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e os depósitos interfinanceiros.

Limites em instrumentos financeiros derivativos

Globalmente, o Comitê de Risco do Conselho de Administração (Risk Committee of the Board of Directors), e quando necessário o próprio conselho, aprova o Risk Appetite Statement (“RAS”) que descreve as considerações qualitativas e quantitativas acerca de limites, cujos apêndices incluem um conjunto de limites de risco para o Grupo e para suas divisões. Além disso, o Comitê de Risco do Conselho de Administração revisa e aprova estes limites e tolerâncias no mínimo anualmente.

Assim, o Comitê de Governança de Risco (“RGC – Risk Governance Committee”), sob a autoridade delegada pelo Comitê de Risco, determina os limites que governam os riscos financeiros da Firma. Os riscos financeiros entendem-se, coletivamente, riscos de crédito, mercado, modelo, liquidez, operacional e seguro. Estes limites são estabelecidos em diversos níveis: globalmente, por divisão, por produto e/ou por unidade de negócio, e são consistentes com os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

No Conglomerado, o Comitê de Gestão e o Comitê de Riscos aprovam a Declaração de Appetite a Riscos da Goldman Sachs Brasil, que estabelece os limites aplicáveis especificamente ao Conglomerado.

Os limites de risco são monitorados independentemente pela Divisão de Risco que é responsável pela identificação, escalação e registro das instâncias nas quais limites foram extrapolados. Este departamento também restringe as suas exposições às perdas creditícias decorrentes de posições abertas em derivativos em relação a prazo e montantes envolvidos.

O montante sujeito a risco de crédito é limitado pelos fluxos de caixa líquidos (netted) futuros estimados do instrumento. A exposição a risco de crédito é administrada como parte da política de limites de empréstimos a clientes, adicionando-se exposições potenciais decorrentes de movimentos de mercado. As garantias nem sempre estão presentes nestes tipos de instrumentos, a não ser quando existem depósitos de margem ou operações garantidas por bolsa.

Já o risco de liquidação surge em situações onde o pagamento em caixa ou outro ativo financeiro é feito com base na estimativa do recebimento correspondente do ativo em questão. São estabelecidos limites diários para cada contraparte para cobrir a posição agregada do risco de liquidação.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(b) Risco de mercado

O Conglomerado está exposto ao risco de mercado que corresponde ao risco de perdas no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros fluírem devido a mudanças de mercado.

A carteira do Conglomerado é mantida com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira baseiam-se nas solicitações de clientes e em oportunidades de investimento. A contabilização das carteiras é realizada a valor de justo e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível, declive (*slope*) e inclinação das curvas de juros, nas volatilidades das taxas de juros, velocidade de pré-pagamento de financiamentos imobiliários (*mortgages*) e aos *spreads* de crédito;
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças nos preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações;
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros (*forward*) e volatilidades das taxas de câmbio;
- **Risco de preço de *commodities*:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “*commodities*”.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os *drivers* e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

O Departamento de Risco de Mercado, de acordo com suas políticas, avalia e reporta riscos de mercado à alta Administração no Brasil e para o GSBRC, monitora os níveis de risco em relação aos limites estabelecidos e avalia a integridade dos dados.

O Departamento de Risco de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao Diretor Global de Riscos (CRO global) e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

As políticas são revisadas e aprovadas no mínimo anualmente ou quando da existência de modificações materiais, sendo submetidas para a aprovação do GSBRC, cujos representantes incluem diretores do Conglomerado.

O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Depósitos de clientes e instituições financeiras	5.585.546	-	-	5.585.546
Captações no mercado aberto	183.693	-	-	183.693
Obrigações por empréstimos		1.804.914		1.804.914

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo. As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (“*Value at Risk*”) e métricas de sensibilidade (análise de cenários e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse (“*stress-test*”).

Value at Risk: O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de *backtesting* diário.

Fator de risco	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Taxa de juros	13,77	5,69
Moedas	9,44	12,27
Ações	1,67	1,45
Commodities	-	0,06
Total	19,77	13,89
Efeito da diversificação	(5,11)	(5,58)
Percentual da diversificação (%)	21%	29%

- **Análise de cenários e teste de estresse:** Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Conglomerado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em spreads de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.

O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu “apetite” de risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revistos frequentemente e alterados permanente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.

Os limites também são monitorados diariamente pelo Departamento de Risco de Mercado que monitora os níveis de risco relativos aos limites implementados. O Departamento também monitora violações de limite, assim como reporta periodicamente vários resumos com informações sobre limites.

(c) Risco operacional

O Conglomerado define risco operacional como o risco de perda e efeitos inesperados resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Risco operacional pode ocorrer em qualquer parte do Conglomerado, não apenas limitando-se às áreas de operações, e seus efeitos, podem estender-se além das perdas financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

As potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado.

O Conglomerado possui política de gerenciamento de risco operacional, que é aprovada anualmente pelo GSBRC e pela diretoria do Conglomerado.

A gestão de riscos operacionais é incorporada em todos os elementos do Conglomerado e é amparada por meio da promoção de uma forte cultura de controle e de uma estrutura organizacional que reflete essa filosofia. O Conglomerado associa abordagens *top-down* e *bottom-up* para gerir e mensurar o risco operacional. De um ponto de vista *top-down*, a alta Administração tem a responsabilidade de avaliar os perfis de risco operacional no nível do Conglomerado e dos negócios. De um ponto de vista *bottom-up*, as áreas de negócio e de apoio/controlado têm a responsabilidade básica de gerir riscos diariamente; elas identificam, minimizam e relatam os riscos operacionais à alta administração. As tendências na atividade de gestão de riscos operacionais *bottom-up* são monitoradas pelo Departamento de Risco Operacional e discutidas com a Administração como parte do processo *top-down*.

A gestão também é realizada por meio da aplicação de padrões globais que contemplam entre outras atividades, treinamento, supervisão e desenvolvimento da equipe; participação ativa e compromisso da Administração sênior com o processo constante de identificação e combate aos principais riscos operacionais em todo o Conglomerado; e uma estrutura de departamentos de controle fortes e independentes que monitoram o risco operacional diariamente.

Em conjunto, esses elementos formam uma cultura de controle forte e abrangente que serve como alicerce para minimizar eventos que criam risco operacional e eventualmente danos. O Departamento de Risco Operacional tem o objetivo de fortalecer a infraestrutura de gestão de risco do Conglomerado e é uma atividade de gestão de risco independente das unidades geradoras de receita. Sua responsabilidade é o desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional, com o objetivo de minimizar a exposição a esse risco.

A apresentação de relatórios é o mecanismo por meio do qual os dados sobre risco operacional são apresentados à Administração. As linhas de negócio utilizam a apresentação de informações para administrar suas atividades comerciais diárias, resumir o desempenho, as exposições, perdas e outras questões de risco operacional e para submeter dados e contribuir com informações para o Departamento de Risco Operacional.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os dados de risco operacional em questão são coletados das linhas de negócios e dos grupos de controle e são analisados pelos departamentos em questão com relação à sua exatidão, suficiência e integridade e distribuídos periodicamente ao GSBRC.

Entende-se por risco de liquidez possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de cumprimento de uma ou mais obrigações. Também decorre pela incapacidade de captar recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo em volume suficiente para uma posição, afetando o preço do valor dos mesmos.

A liquidez é um aspecto crítico dentro das instituições financeiras, considerando que a maioria das falhas ocorridas nas instituições financeiras está relacionada à liquidez insuficiente. Consequentemente, o Conglomerado possui um conjunto abrangente e conservador de políticas de liquidez e de financiamento para atender a eventos de liquidez de mercado. O principal objetivo é ser capaz de financiar o Conglomerado, a fim de permitir que os principais negócios continuem gerando receitas, mesmo em circunstâncias adversas.

Além disso, o objetivo do Conglomerado é assegurar que o financiamento e gerenciamento de liquidez estejam alinhados com uma exposição aceitável ao risco de liquidez. Nesse sentido, o Conglomerado busca utilizar as fontes de financiamento mais eficientes em termos de custo para permitir que o Conglomerado aproveite as oportunidades de negócios.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para a alta gerência no Brasil e no exterior. São disponibilizados para a Diretoria informes com as posições e projeções de fluxos de caixa. Em caso de descumprimento dos limites estabelecidos, a Diretoria é informada de imediato e deverá se reportar ao GSBRC e utilizar de mecanismos para readequação aos limites.

(d.1) Estrutura de Gestão do Risco de Liquidez

O Conglomerado estabeleceu uma estrutura abrangente para a gestão do risco de liquidez, a fim de assegurar a existência de liquidez suficiente, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:

- Políticas de financiamento e de gestão de liquidez;
- Medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez;
- Infraestrutura do pessoal para financiamento e gestão de liquidez;
- Plano de financiamento de contingência

As estratégias, políticas e limites são estabelecidos com base na política de gestão de risco de liquidez global do Grupo, adaptado para refletir as necessidades específicas do Brasil. Estes três itens são propostos e implementados pela equipe da Tesouraria Corporativa responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez no Brasil, e aprovados pela governança de risco local, conforme estabelecido nas políticas de gerenciamento de risco de liquidez e no plano de contingência de liquidez do Conglomerado..

• Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (GSBRC)

O Comitê recebe atualizações sobre a gestão de liquidez e assuntos de financiamento e supervisiona regularmente essas atividades, verifica a confiabilidade da política existente e também aprova quaisquer alterações e revisões da política e seus limites relacionados.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.2) Políticas de financiamento e gestão de liquidez

As políticas estabelecem diretrizes para a gestão de liquidez e financiamento e mitigação de riscos durante o curso normal dos negócios, bem como em períodos de escassez de liquidez devido a circunstâncias imprevistas.

- **Necessidades de financiamento**

O mix de negócios inclui operações de consultoria de investimento, renda fixa, commodities, câmbio, futuros e operações com derivativos. As atividades relacionadas a consultoria de investimento não geram necessidades diárias de financiamento.

As operações de câmbio eventualmente resultam em necessidades de financiamento intradiário ou de curto prazo. Assim, as necessidades gerais do Conglomerado são principalmente atribuíveis a negócios em renda fixa, futuros e negócios em moeda estrangeira. As necessidades de financiamento são principalmente impulsionadas pela negociação diária, margem de variação e movimentos de garantias decorrentes de operações Bolsa ou Balcão.

As transações estruturadas são aquelas que geram necessidades significativas de financiamento intradiário ou overnight (ou mais longas) que geralmente não acontecem diariamente. Exemplos dessas transações são: IPOs, compra de ativos ilíquidos ou grandes operações de câmbio com clientes. A análise e as decisões sobre a capacidade do Conglomerado para fornecer financiamento para tais necessidades especiais decorrentes de grandes negócios são feitas coletivamente pela Tesouraria Corporativa (*Corporate Treasury*) e pelo GSBRC.

- **Liquidez no Brasil**

O Conglomerado mantém sempre uma reserva de liquidez no Brasil para cobrir as necessidades de financiamento em um cenário de estresse e também para mitigar o risco de liquidez intradiário. O tamanho desta margem de liquidez deve ser igual ou maior que o *Modelled Liquidity Outflow* (MLO) acrescido da reserva de risco de liquidez intradiária para um determinado dia.

A margem de liquidez é investida em títulos públicos e operações com opção de recompra, uma vez que estes são os ativos mais líquidos no mercado brasileiro.

- **Reserva de liquidez**

O Conglomerado mantém uma reserva mínima de liquidez para atender potenciais perdas de caixa, em um cenário de estresse, incluindo as obrigações contratuais. O tamanho dessa reserva é baseado em um modelo interno de liquidez juntamente com uma avaliação qualitativa das condições de mercado e do Conglomerado.

- **Gerenciamento de ativos e passivos**

A estratégia de captação do Conglomerado conta com uma avaliação das características de todos os ativos em relação ao seu período de retenção estimado e sua potencial perda de liquidez no mercado em uma situação de estresse. Além disso, os vencimentos e diversificação das captações com e sem garantia são gerenciados sob uma perspectiva de mercado, de produtos e de contrapartes.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.3) Financiamento overnight e de longo prazo

- **Empréstimos não comissionados**

O Conglomerado pode tomar empréstimos não comprometidos da matriz, Goldman Sachs Group Inc.

O Conglomerado também tem a capacidade de emitir CDIs e CDBs - certificados de depósito – e Certificados de Operações Estruturadas ("COE") para clientes institucionais e corporativos.

- **Mercado Interbancário Repo e o "Go Around" e "Nivelamento" do Banco Central do Brasil**

O mercado de acordos de recompra respaldados por títulos do governo do Brasil é a opção mais segura, líquida e econômica no mercado local de financiamento garantido. Dessa forma, tendem a ser os instrumentos de captação mais utilizados no Brasil por bancos, incluindo pelo Conglomerado.

O sistema de leilões de recompra do Banco Central do Brasil ("Go Around" e "Nivelamento") também são uma ótima opção para as instituições financeiras e são eficientes em termos de custos e liquidez. Porém, os leilões nem sempre ocorrem em linha com as necessidades do Conglomerado em determinado dia.

- **Financiamento intradiário**

Todos os bancos autorizados a operar no Brasil no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiros ("SPB") têm acesso ao redesconto junto ao Banco Central do Brasil, o que permite que essas instituições tenham acesso a contratos de recompra com títulos públicos de sua carteira, ou seja, necessidades de liquidez intradiária sem custo.

(d.4) Diversificação de financiamento

- **Diversificação de fontes de financiamento**

O Conglomerado busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos ou empréstimos garantidos (repos) e instrumentos de financiamento não garantidos e empréstimos Inter companhias da sua matriz como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades. O Conglomerado também estabelece linhas de crédito com bancos de terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade do seu financiamento.

Além disso, o financiamento intradiário é obtido a partir de janelas de redesconto intradiário com o Banco Central do Brasil, linhas bancárias intradiárias ou descobertos. Caso haja escassez de liquidez, o Conglomerado utilizará sua margem composta pelo excesso de capital, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior e empréstimos Inter companhias.

- **Diversificação da base de credores**

O Conglomerado pode solicitar ao Grupo e outras instituições financeiras no Brasil para obter financiamentos no curto e longo prazo. Além disso, o Conglomerado também procura evitar dependência de qualquer instituição financeira em particular por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A base de credores do Conglomerado pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais operando no Brasil e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. O Conglomerado dá importância do relacionamento com fortes credores para ter acesso à liquidez, assim mantém contato direto com seus principais credores regularmente. Para limitar sua dependência de um único credor, o Conglomerado gira o uso de recursos entre diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

• Diretrizes de Emissão de CDB

O Conglomerado poderá emitir CDBs e CDIs, que são certificados de depósito que estão custodiados e liquidados na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos). Os CDBs e CDIs podem ser emitidos para fins de garantia de fundos e derivativos.

(d.5) Liquidez dos ativos

O Conglomerado trabalha constantemente para manter uma base de ativos líquidos de acordo com as estratégias de negócios. A maioria das posições de estoque são marcadas no mercado diariamente. O Conglomerado procura assegurar a disponibilidade de liquidez imediata e, portanto, mantém liquidez no Brasil sob a forma de títulos públicos e acordos de recompra, que podem ser utilizados como fontes de financiamento em situações de emergência.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.788.446	1.760.270
Aplicações no mercado aberto	-	1.097.001
Ativos financeiros ao custo amortizado	298.854	-
Títulos e valores mobiliários	6.508.778	6.257.346
Operações de crédito	9.462	109.197
Outros ativos – Valores a receber de sociedades ligadas	226.021	225.851
Total da exposição ao risco de liquidez	9.831.561	9.449.665

(d.6) Excesso de liquidez

O Consolidado mantém uma margem de liquidez para financiar saídas de liquidez intradiárias, de curto e longo prazo, incluindo obrigações decorrentes de vários passivos no balanço e fora do balanço. A meta para o excesso de caixa mantido *on shore* é igual ao MLO mais a reserva de risco de liquidez intradiária enquanto reservas adicionais são mantidas na matriz, The Goldman Sachs Group Inc.

(d.7) Metodologia

A equipe de Tesouraria Corporativa do Grupo GS mantém um teste de estresse específico, o GSBRL MLOi, para calcular as saídas de liquidez de curto prazo (horizonte de 30 dias) do Conglomerado em um cenário de mercado estressado.

GSBR MLOi identifica e estima as saídas de caixa e garantias em uma crise de liquidez, incluindo:

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- a. Vencimentos futuros, rolagem e risco de recompra de fundos não garantidos;
- b. Derivativos e outras margens e saídas de garantias devido a movimentos de mercado ou aumento de requisitos;
- c. Liquidação de transações de câmbio;
- d. Futuras saídas de caixa e outros pagamentos de grande porte e linhas de crédito comprometidas não utilizadas.

(d.6) Risco de liquidez intradiária

O tamanho da necessidade de liquidez intradiária para o Conglomerado é projetado por um modelo utilizado globalmente para essa tarefa, com a inclusão de suposições específicas para o mercado brasileiro e as peculiaridades da GSBR.

Além disso, a equipe de Operações do Brasil prepara uma projeção diária de liquidez intradiária como parte do processo de projeção de caixa usando sua ferramenta existente. Esta equipe é responsável pelos acordos de valores mobiliários com custódias, compensações e permutas, o que está muito ligado ao risco de liquidez intradiário devido aos tempos de corte e às janelas aplicáveis.

A margem de risco de liquidez intradiária do GSBR MLOi é um limite mínimo de liquidez que não pode ser violado de acordo com as políticas internas do Conglomerado e da matriz. Em caso de extrapolação desse limite, a equipe de Tesouraria Corporativa reportará o assunto ao GSBRC.

Globalmente, a Tesouraria Corporativa monitora a liquidez total e a reserva de risco de liquidez intradiária do MLO, uma vez que a liquidez nunca deve ser menor do que esta margem mínima. Esta é a principal métrica usada para monitorar a liquidez do Conglomerado.

(d.7) Plano de Contingência

O Plano de Contingência de Liquidez do Conglomerado foi criado para fornecer e mitigar as necessidades de financiamento em períodos de escassez de liquidez. O objetivo do plano é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece um plano de ação para analisar e responder a um evento de risco de liquidez severo, as considerações especiais que devem ser tratadas para determinar o possível impacto desse evento na liquidez do Conglomerado e planos de ação alternativos para ajudar a manter a liquidez na instituição em níveis apropriados.

(d.8) Ratings de crédito

O Conglomerado conta com o mercado de capital de dívida de curto e longo prazo para financiar uma parcela significativa das operações diárias, sendo a disponibilidade de financiamento da dívida influenciada pela classificação de crédito do Conglomerado. A classificação de crédito também é vantagem competitiva em determinados mercados, como o mercado de derivativos OTC, e quando são realizadas transações de longo prazo.

Durante o terceiro trimestre de 2022, a Fitch Ratings apresentou a classificação de dívida de longo prazo do Banco como AAA(bra) com perspectiva estável e a classificação de dívida de curto prazo do Banco como F1+(bra).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d.9) Passivos financeiros não derivativos por faixa de vencimento

As tabelas abaixo apresentam os passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento, contado da data de reporte até a data do vencimento contratual, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente. Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e, portanto, podem diferir daqueles constantes no balanço patrimonial.

	31 de dezembro de 2022				Total
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	290.400	364.555	3.425.141	4.080.096
Captações no mercado aberto	135.655	-	-	-	135.655
Obrigações por empréstimos	13.060.126	-	-	-	13.060.126
Total	13.195.781	290.400	364.555	3.425.141	17.275.877

	31 de dezembro de 2021				Total
	Até 30 dias	De 31 à 90 dias	De 91 à 360 dias	De 1 à 5 anos	
Depósitos de clientes e instituições financeiras	-	31.594	256	10.521.269	10.553.119
Captações no mercado aberto	183.693	-	-	-	183.693
Obrigações por empréstimos	1.804.334	580	-	-	1.804.914
Total	1.988.027	32.174	256	10.521.269	12.541.726

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

7) Segregação entre circulante e não circulante

Apresentamos os montantes circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses para cada ativo e passivo do balanço patrimonial consolidado:

Ativo	31 de dezembro de 2022	Circulante	Não circulante	31 de dezembro de 2021	Circulante	Não circulante
Caixa e equivalentes a caixa	2.788.446	2.788.446	-	1.760.270	1.760.270	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	298.854	11.595	287.259			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	27.740.798	21.351.515	6.389.283	14.031.342	8.409.263	5.622.079
Aplicações no mercado aberto	-	-	-	1.097.001	1.097.001	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.826	269.950	151.876	158.650	4.426	154.224
Títulos e valores mobiliários	8.731.011	7.112.644	1.618.367	7.825.891	6.321.791	1.504.100
Instrumentos financeiros derivativos	18.578.499	13.959.459	4.619.040	4.840.603	876.848	3.963.755
Operações de crédito	9.462	9.462	-	109.197	109.197	-
Ativo imobilizado	25.184	-	25.184	15.403	-	15.403
Ativos fiscais	56.763	-	56.763	17.482	-	17.482
Outros	24.756	-	24.756	17.482	-	17.482
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	32.007	-	32.007	-	-	-
Outros ativos	946.170	941.884	4.286	1.154.086	1.148.601	5.485
Total	31.856.215	25.093.440	6.762.775	16.978.583	11.318.134	5.660.449
Passivo	31 de dezembro de 2022	Circulante	Não circulante	31 de dezembro de 2021	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	10.318.287	5.416.130	4.902.157	5.384.744	742.877	4.641.867
Instrumentos financeiros derivativos	10.318.287	5.416.130	4.902.157	5.384.744	742.877	4.641.867
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	17.275.877	13.460.715	3.815.162	7.574.153	2.085.898	5.488.255
Depósitos de clientes	4.080.096	264.934	3.815.162	5.585.546	97.291	5.488.255
Captações no mercado aberto	135.655	135.655	-	183.693	183.693	-
Obrigações por empréstimos	13.060.126	13.060.126	-	1.804.914	1.804.914	-
Obrigações fiscais	167.610	167.610	-	269.215	110.950	158.265
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	127.474	127.474	-	60.171	60.171	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	-	-	-	158.265	-	158.265
Outras	40.136	40.136	-	50.779	50.779	-
Outros passivos	1.195.007	1.148.411	46.596	1.388.589	1.319.358	69.231
Total	28.956.781	20.192.866	8.763.915	14.616.701	4.259.083	10.357.618

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

8) Valor justo de ativos e passivos financeiros

a. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor contábil</u>
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Aplicações no mercado aberto	-	1.097.001
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	421.826	158.650
- Títulos e valores mobiliários	8.731.011	7.825.891
- Instrumentos financeiros derivativos	18.578.499	4.840.603
- Operações de crédito	9.462	109.197
Total	<u>27.740.798</u>	<u>14.031.342</u>
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
- Instrumentos financeiros derivativos	10.318.287	5.384.744
Total	<u>10.318.287</u>	<u>5.384.744</u>

b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela mostra os registros no contábil e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>		<u>31 de dezembro de 2021</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros				
Empréstimos	298.854	298.854	-	-
Outros ativos	653.149	653.149	875.412	875.412
- Negociação e intermediação de valores	653.149	653.149	875.412	875.412
Total	<u>952.003</u>	<u>952.003</u>	<u>875.412</u>	<u>875.412</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao custo amortizado	17.275.877	17.275.877	7.574.153	7.574.153
- Depósitos de clientes e instituições financeiras	4.080.096	4.080.096	5.585.546	5.585.546
- Captações no mercado aberto	135.655	135.655	183.693	183.693
- Obrigações por empréstimo	13.060.126	13.060.126	1.804.914	1.804.914
Outros passivos	780.866	780.866	970.126	970.126
- Negociação e intermediação de valores	780.866	780.866	970.126	970.126
Total	18.056.743	18.056.743	8.544.279	8.544.279

As linhas dos saldos dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo é composta por:

- Empréstimos a clientes
- Depósitos de clientes e instituições financeiras: captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros;
- Captações no mercado aberto: operações compromissadas;
- Obrigações por empréstimos: empréstimos captados no exterior junto ao The Goldman Sachs Group Inc.

Os depósitos de clientes e instituições financeiras e captações no mercado aberto apresentam taxas que variam de 93% à 114% do CDI. Referem-se a operações de alta liquidez. Assim, o valor contábil é substancialmente uma aproximação razoável do valor de mercado ou valor justo.

Os passivos financeiros não mensurados ao valor justo referem-se a captações de mercado aberto indexadas às moedas dólar e euro e apresentam o valor justo baseado nos fluxos de caixa descontados utilizando taxas de mercado para instrumentos de características similares, quanto ao risco de crédito e vencimento.

A IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo hierarquiza as técnicas de apreçamento a partir dos dados utilizados na mensuração do valor justo.

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o instrumento seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Este nível engloba derivativos não listados em bolsa de valores e instrumentos de dívida.
- Nível 3: informações que não são baseadas em dados observáveis. Incluem instrumentos financeiros derivativos não cotados em mercado ativo.

A tabela abaixo mostra os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	421.826	-	421.826
Títulos e valores mobiliários	-	6.806.793	1.924.218	8.731.011
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	18.018.513	1.139.119	19.157.632
Operações de crédito	-	9.462	-	9.462
Total	-	25.256.594	3.063.337	28.319.931
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	9.615.922	1.281.498	10.897.420
Total	-	9.615.922	1.281.498	10.897.420
31 de dezembro de 2021				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mensurações do valor justo recorrentes				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Aplicações no mercado aberto	-	1.097.001	-	1.097.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	158.650	-	158.650
Títulos e valores mobiliários	-	5.967.495	1.858.396	7.825.891
Instrumentos financeiros derivativos (*)	-	5.307.193	473.205	5.780.398
Operações de crédito	-	109.197	-	109.197
Total	-	12.639.536	2.331.601	14.971.137
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos financeiros e derivativos	-	5.863.664	460.875	6.324.539
Total	-	5.863.644	460.875	6.324.519

(*) Os valores estão apresentados antes do efeito decorrente da compensação dos ativos e passivos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve impacto no resultado em função de reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Para o nível 3, demonstramos abaixo a movimentação dos ativos e passivos financeiros, em base líquida:

	<u>Derivativos</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	371.934
Novas contratações	1.341.100
Ganhos e perdas reconhecidos	157.692
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.870.726
Novas contratações	840.866
Ganhos e perdas reconhecidos	-630.899
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.080.693

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos classificados como nível 3 referem-se a opções de ações e moeda, swaps com opcionalidade, liquidados em reais, debêntures e aplicações em FIDCs. O apreçamento desses instrumentos envolve parâmetros pouco observáveis, como por exemplo a correlação entre a taxa de câmbio de reais por dólar e o preço de ações, ou volatilidade de taxas de câmbio de longo prazo. A análise de sensibilidade da mensuração dos instrumentos classificados no nível 3, utilizando-se premissas razoavelmente previstas, para as posições em aberto em 31 de dezembro de 2022, mostra que o impacto da marcação desses fatores não observáveis nas demonstrações financeiras é pequeno. O resultado se justifica uma vez que essas posições em geral são hedgeadas através de operações opostas contra um fundo de investimentos, parte relacionada do Consolidado (Nota explicativa 18 (a) – Transações com Partes Relacionadas).

Ressaltamos que as variações nos cenários apresentam perspectiva de liquidação imediata destes ativos, o que pode não representar necessariamente perda ou ganho por se tratar de situação hipotética.

9) Caixa e equivalentes a caixa

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Caixa	675	509
Depósito no exterior em moeda estrangeira	3.586	1.851
Banco Central do Brasil - reserva livre	4.780	1.302
Aplicações em operações compromissadas	2.779.405	1.756.594
Aplicações em moedas estrangeiras	-	14
Total	2.788.446	1.760.270

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

10) Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado

(a) Empréstimos

	<u>31 de Dezembro de 2022</u>	<u>31 de Dezembro de 2021</u>
	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor de Custo</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Empréstimos	302.134	-
(-) Perda Esperada	(3.280)	-
Total	<u>298.854</u>	<u>-</u>

A totalidade dos empréstimos a clientes, no montante de R\$ 298.854 (2021 - zero), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo e refere-se a um contrato indexado ao CDI acrescidos de uma taxa fixa anual, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em junho de 2025 e com pagamento de juros semestrais.

A despesa com provisão para crédito de liquidação classificada no estágio I - duvidosa totaliza R\$ 3.280 (2021 - zero). A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração.

Nos exercícios de 2022 e 2021 o Consolidado não possuía operações de crédito em atraso.

11) Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2022 nossas aplicações no mercado aberto mensuradas ao valor justo no resultado foram classificadas como equivalentes de caixa, de acordo com o prazo de vencimento das operações. (2021 - R\$1.097.001)

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2022, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 421.826 (2021 - R\$ 158.650), com vencimento até 03 de novembro de 2027 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo no resultado é composta por aplicações em títulos públicos, cotas de fundos, debêntures e ações.

Os valores de mercado do títulos públicos e privados representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (“FILCB”) e de fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) reflete o valor da última quota divulgada pelos administradores dos fundos, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela B3 em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Composição por classificação e tipo

	2022	2021	
	<u>Custo corrigido</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Composição da carteira			
Carteira própria	6.503.694	6.508.778	6.257.346
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.967.685	3.968.187	4.068.353
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	279.841	278.449	33.149
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	299.407	304.494	233.856
Cotas de FIDC	1.763.597	1.763.597	1.158.892
Debêntures	178.922	179.809	699.504
Ações	14.242	14.242	63.592
Vinculados a compromissos de recompra	68.563	68.580	102.296
Letras do Tesouro Nacional - LTN	68.563	68.580	102.296
Vinculados à prestação de garantias na B3	2.150.375	2.153.653	1.466.249
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.087.542	2.090.820	1.406.170
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	4.330
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	62.833	62.833	55.749
Total da carteira	8.722.632	8.731.011	7.825.891

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

b. Classificação e composição por prazo de vencimento

	2022					2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do resultado ⁽¹⁾							
Carteira própria	18.916	2.985.361	768.172	447.885	364.226	4.584.560	6.257.346
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	68.580	-	-	68.580	102.296
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽²⁾	62.833	-	780.502	1.310.318	-	2.153.653	1.466.249
Total	81.749	2.985.361	1.617.254	1.758.203	364.226	6.806.793	7.825.891
Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do patrimônio							
Carteira própria	1.763.597	-	-	-	160.621	1.924.218	-
Total	1.763.597	-	-	-	160.621	1.924.218	-
Total da carteira	1.845.346	2.985.361	1.617.254	1.758.203	524.847	8.731.011	7.825.891

(1) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos B3.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda – NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3 ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Consolidado atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Consolidado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são:

- (a) *Contratos futuros* – moedas e taxas de juros: são obrigações contratuais de comprar ou vender um valor líquido baseado na mudança de determinada taxa de juros ou moeda ou o compromisso de comprar ou vender moeda estrangeira ou outro instrumento financeiro em uma data futura a um preço pré-estabelecido. Não é considerado o risco de crédito para a determinação do valor justo das operações com futuros, já que estes são garantidos por depósitos em dinheiro ou títulos (margem) e as mudanças no valor justo do instrumento são lançadas diretamente contra caixa (ajustes diários). As transações são efetuadas em Bolsa de Mercadorias e Futuros e a responsabilidade para a liquidação da operação é da Câmara de Compensação.

O apreçamento dos contratos futuros detidos pelo Consolidado é feito com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

- (b) *Swaps* – moedas, taxas de juros e índices: consistem em um acordo entre duas partes para troca de risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. As trocas (*swaps*) mais comuns são as de taxas de juro, moedas e índices. O risco de crédito do Grupo representa o custo potencial para trocar o contrato de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações contratuais. O risco é monitorado em base contínua com referência ao valor justo.

O apreçamento das operações de *swap* é feito com base em curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(c) Opções:

- **ações:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender a ação em uma determinada data futura a um preço pré-estabelecido. As opções são negociadas em mercado ativo e não há inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo das opções.
- **taxa de câmbio:** são compromissos onde o lançador da opção garante que o detentor da opção tenha o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um determinado montante em moeda, numa data futura, a uma taxa de câmbio fixada no presente (preço de exercício), podendo esta ser escolhida pelo comprador da opção.

O valor justo das opções é determinado através de modelos matemáticos (como: *Black-Scholes*) usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços de mercado corrente são usados para determinar as volatilidades implícitas. A maioria dos modelos utilizados não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Em algumas opções, dependendo principalmente do ativo subjacente, pode ser utilizado um modelo com parâmetros pouco observáveis.

- **Termo – moedas e títulos públicos:** são compromissos de comprar ou vender o ativo objeto em uma data futura, com o objetivo de proteção contra variações nos preços, normalmente com entrega do ativo-objeto contratado. Estes instrumentos são negociados em mercados de balcão, sendo de responsabilidade das partes as disposições do instrumento.

O apreçamento das operações de termo de título público e moedas (termos com entrega ou NDFs) é feito com base em curvas de mercado obtida por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

• **Compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos**

Os instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial Consolidado, uma vez que existem acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e as relações existentes entre as contrapartes está de acordo com as premissas definidas no parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Apresentamos abaixo o efeito de compensação dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos (*offsetting*):

	31 de dezembro de 2022	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	4.187.654	(4.967.871)
Operações de NDF	560.478	(465.430)
Operações de opções e outros derivativos	9.643.553	(469.401)
Operações de termo de título público	4.765.947	(4.768.288)
Certificados de operações estruturadas – COE	–	(226.430)
Total de operações de derivativos	19.157.632	(10.897.420)
Efeito da compensação – transferido	(293.709)	285.424
Efeito da compensação – recebido	(285.424)	293.709
Total do efeito da compensação (*)	(579.133)	579.133
Total de operações de derivativos após compensação	18.578.499	(10.318.287)

	31 de dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo
Operações de swap	4.701.111	(5.297.617)
Operações de NDF	369.459	(206.510)
Operações de opções e outros derivativos	522.305	(437.778)
Certificados de operações estruturadas – COE	–	(195.148)
Termo de título público	187.523	(187.486)
Total de operações de derivativos	5.780.398	(6.324.539)
Efeito da compensação – transferido	(411.210)	528.585
Efeito da compensação – recebido	(528.585)	411.210
Total do efeito da compensação (*)	(939.795)	939.795
Total de operações de derivativos após compensação	4.840.603	(5.384.744)

(*) Os valores de operações com futuros não são considerados no processo de compensação, uma vez que esta compensação é realizada pela B3.

Os valores dos subitens “Composição por indexador”, “Composição do valor nominal por contraparte”, “Composição do valor nominal por local de negociação”, “Comparação entre o valor de custo e o valor justo” a seguir estão apresentados sem efeito de compensação. Ou seja, apresentam a posição antes do processo de compensação.

- **Composição por indexador**

Os valores de registro dos contratos (*notional*) de determinados instrumentos financeiros permitem uma base de comparação com instrumentos reconhecidos na demonstração de posição financeira consolidada, mas não indicam necessariamente os fluxos de caixa futuros envolvidos ou o valor justo corrente do instrumento e, conseqüentemente, não indicam a exposição do Consolidado.

Os derivativos tornam-se favoráveis (ativos) ou desfavoráveis (passivos) como resultado de flutuações nas taxas de juros de mercado, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e preços de mercadorias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Os instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão representados como segue:

	Valor a receber	Valor a pagar	2022 Valor nominal	2021 Valor nominal
Operações de swap	4.187.654	(4.968.185)	96.696.697	109.073.238
Ações	2.953	(10.157)	145.156	-
Commodities	-	-	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	281.247	(826.701)	17.112.204	27.645.781
Moeda Estrangeira	1.799.505	(1.876.852)	19.852.159	20.074.710
Taxa de Juros Pré - Reais	2.103.949	(2.254.475)	59.587.178	61.352.747
Outros	-	-	-	-
Opções de ações	5.365.236	(123.198)	15.065.913	2.198.858
Compra de opção de compra	992.394	-	1.362.135	799.745
Venda de opção de compra	-	(91.535)	6.683.666	487.505
Compra de opção de venda	4.372.842	-	6.134.389	451.637
Venda de opção de venda	-	(31.663)	885.723	459.971
Opções de moeda	3.866.245	(15.879)	13.824.670	2.164.068
Compra de opção de compra	1.313.197	-	3.440.084	529.798
Venda de opção de compra	-	(7.838)	1.440.084	529.798
Compra de opção de venda	2.553.048	-	5.472.251	552.236
Venda de opção de venda	-	(8.041)	3.472.251	552.236
Opções de commodities	10.580	(8.992)	7.525.308	30.495
Compra de opção de compra	5.845	-	2.912.859	30.495
Venda de opção de compra	-	(4.257)	2.884.347	-
Compra de opção de venda	4.735	-	864.051	-
Venda de opção de venda	-	(4.735)	864.051	-
NDF (Non-Deliverable Forward) de moedas	283.512	(189.478)	44.419.218	22.748.761
Posição comprada	100.110	(137.930)	22.973.688	9.620.661
Posição vendida	183.402	(51.548)	21.445.530	13.128.100
NDF (Non-Deliverable Forward) de commodities	276.965	(275.953)	5.323.947	506.841
Posição comprada	253.090	(23.597)	2.661.461	253.300
Posição vendida	23.875	(252.356)	2.662.486	253.541
Outros derivativos	401.492	(321.332)	3.424.544	3.457.281
Posição comprada	401.492	-	2.311.479	2.362.480
Posição vendida	-	(321.332)	1.113.065	1.094.801
Operações com futuros	37.318	(124.163)	43.595.822	19.268.451
Posição comprada	8.546	(89.477)	32.239.651	15.880.158
Cupom cambial - DDI	6.286	-	783.843	563.932
DAP	1.827	-	12.089.819	10.089.104
DI de 1 dia	433	-	1.331.550	233.970
Dólar	-	(89.477)	18.034.439	4.993.152
IND	-	-	-	-
SCS	-	-	-	-

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

WDO	-	-	-	-
Posição vendida	28.772	(34.686)	11.356.171	3.388.293
Cupom cambial - DDI	-	(33.811)	5.087.027	875.984
DAP	33	-	608.988	-
DI de 1 dia	-	(875)	1.036.691	1.469.157
Dólar	-	-	-	338.420
IND	-	-	-	-
SCS	10.812	-	1.318.400	24.972
WDO	17.927	-	3.305.065	679.760
Termo de título público	4.765.947	(4.768.288)	4.769.033	187.449
Compra a termo de título público	2.652.087	(2.651.342)	2.652.087	100.471
Venda a termo de título público	2.113.860	(2.116.946)	2.116.946	86.978
Total	19.194.949	(10.795.468)	234.645.152	159.635.442

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (nota 13 (b)).

- Composição do valor nominal por contraparte**

	2022				2021	
	Instituições Financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total	Total
Operações com <i>swaps</i>	4.129.436	31.035.417	61.531.844	-	96.696.697	109.073.238
Opções	4.339.575	4.733.059	5.230.297	22.112.960	36.415.891	4.393.421
<i>Non-Deliverable Forward</i> - NDF	109.050	6.090.870	43.543.245	-	49.743.165	23.255.602
Outros derivativos	747.162	-	2.672.479	4.903	3.424.544	3.457.281
Operações com futuros	-	-	-	43.595.822	43.595.822	19.268.451
Termo de título público	3.859.417	-	906.616	-	4.766.033	187.449
Total	13.184.640	41.859.346	113.884.481	65.713.685	234.642.152	159.635.442

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Composição do valor nominal por local de negociação**

	2022			2021
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Operações com <i>swaps</i>	-	96.696.697	96.696.697	109.073.238
Opções	22.112.960	14.302.931	36.415.891	4.393.421
<i>Non-Deliverable Forward</i> - NDF	-	49.743.165	49.743.165	23.255.602
Outros derivativos	-	3.424.544	3.424.544	3.457.281
Operações com futuros	43.595.822	-	43.595.822	19.268.451
Termo de título público	-	4.769.033	4.769.033	187.449
Total	65.708.782	168.936.370	234.642.152	159.635.442

- **Comparação entre o valor de custo e o valor justo**

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor justo atualizado.

	2022			2021
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	16.719.877	2.160.789	18.880.666	5.780.398
Operações de <i>swap</i>	2.380.078	1.807.576	4.187.654	4.701.111
Opções	9.234.923	7.138	9.242.061	106.133
<i>Non-Deliverable Forward</i> – NDF	66.121	217.391	283.512	369.459
Outros derivativos	271.586	129.906	401.492	416.172
Termo de título público	4.767.169	(1.222)	4.765.947	187.523
Passivo	(9.036.773)	(1.358.578)	(10.395.351)	(6.324.539)
Operações de <i>swap</i>	(3.661.908)	(1.306.277)	(4.968.185)	(5.297.617)
Opções	(143.085)	(4.984)	(148.069)	(91.352)
<i>Non-Deliverable Forward</i> – NDF	(220.521)	31.044	(189.477)	(206.510)
Outros derivativos	(241.023)	(80.309)	(321.332)	(541.574)
Termo de título público	(4.770.236)	1.948	(4.768.288)	(187.486)

(e) Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de crédito são compostas em sua totalidade por operações realizadas sob as modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução nº 3.539/2008 no montante de R\$ 9.462 (2021 – R\$ 109.197), com vencimento até 30 de janeiro de 2023.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

12) Ativo tangível

O ativo tangível do Consolidado diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Consolidado não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações	51.641	(49.322)	2.319	49.477	(44.700)	4.777
Imobilizações em curso	416	-	416	551	-	551
Comunicação	34.408	(18.299)	16.109	17.109	(14.719)	2.390
Processamento de dados	17.106	(10.766)	6.340	17.520	(9.835)	7.685
Total	103.571	(78.387)	25.184	84.657	(69.254)	15.403

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foi reconhecida perda ao valor recuperável de ativos imobilizados.

	31 de dezembro de 2021			Reclassificação	Depreciação/Amortização	31 de dezembro de 2022
	Adições	Baixas				
Máquinas e equipamentos de uso	354	-	-	1.310	(317)	1.347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.423	-	-	946	(4.397)	972
Sistemas de processamento de dados	7.686	200	-	962	(2.508)	6.340
Sistemas de comunicação	2.389	-	-	17.816	(4.096)	16.109
Máq. e equip. em estoque e imobilizações em curso	551	20.899	-	(21.034)	-	416
Total	15.403	21.099	-	-	(11.318)	25.184

13) Ativos dados como garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia estão demonstrados abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Letras do tesouro nacional (LTN)	2.159.399	1.508.466
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	4.330
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	421.826	158.650
Depósito em garantia	133.622	83.670
Fundo de investimento liquidez da câmara BM&FBOVESPA Multimercado (FILCB)	62.833	55.749
Total	2.777.680	1.810.865

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

14) Outros ativos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros ativos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Negociação e intermediação de valores ^(a)	653.149	875.413
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 18 (a))	226.021	225.852
Ativo de direito de uso (IFRS 16 – Arrendamentos) ^(b)	50.520	13.233
Diversos ^(d)	16.480	39.588
Total	946.170	1.154.086

(a) Negociação e intermediação de valores

Refere-se, principalmente, a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 131.746 (2021 – 284.784), e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 436.285 (2021 – R\$ 12.947).

(b) Ativo de direito de uso - Arrendatário

O total de ativo de direito de uso a valor presente reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado é apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Até 1 ano	50.520	13.233
Total de pagamentos mínimos futuros	50.520	13.233

(c) Diversos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos da conta de Diversos são compostos por:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Rendas a receber ⁽¹⁾	6.772	21.812
Despesas antecipadas	2.593	1.302
Outros ativos ⁽²⁾	7.115	16.474
Total	16.480	39.588

(1) Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(2) Outros ativos incluem, principalmente, o reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno.

15) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O saldo dos passivos financeiros ao custo amortizado é composto por:

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Depósitos de clientes e instituições financeiras		
Depósitos interfinanceiros	309.597	31.035
Depósitos a prazo	3.770.499	5.554.511
Captações no mercado aberto	135.655	183.693
Obrigações por empréstimos e repasses	12.876.839	-
Obrigações por empréstimos no exterior	183.287	1.804.914
Total	17.275.877	7.574.153

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Depósitos Interfinanceiros	309.597	31.035
Até 90 dias	275.109	31.035
De 91 até 360 dias	2.997	-
A vencer após 360 dias	31.491	-
Depósitos a prazo	3.770.499	5.554.511
Até 90 dias	15.291	-
De 91 até 360 dias	361.558	233
A vencer após 360 dias	3.393.650	5.554.278
Total de depósitos	4.080.096	5.585.546

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 93% e 114% do CDI, sendo o montante de R\$ 3.073.236 (2021 – R\$ 5.583.920) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 18 (a)).

(b) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 135.655 (2021 – R\$ 183.693), sendo:

- R\$ 68.420 (2021 – R\$ 101.770) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 04 de janeiro de 2022, sendo o montante de R\$ 68.420 (2021 – R\$ 101.770) referente a transações com partes relacionadas;

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- R\$ 67.235 (2021 – R\$ 81.958) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-Bs e NTN-Fs.

(c) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022, referem-se, principalmente, a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 2.463.867, convertido pela taxa SPOT de fechamento equivalente a R\$ 13.038.707 (2021 - R\$ 1.804.914)

16) Outros passivos

A composição que demonstra a classificação dos saldos da rubrica “Outros passivos” no balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Carteira de câmbio ^(a)	4.547	765
Negociação e intermediação de valores ^(b)	780.866	970.126
Obrigações com partes relacionadas (nota 18 (a))	4.441	6.990
Pagamento baseado em ações (nota 18 (a))	85.787	91.637
Passivos contingentes e obrigações legais (nota 16)	1.157	814
Obrigações de arrendamento (IFRS 16) ^(c)	51.068	16.019
Diversas ^(d)	267.141	302.236
Total	1.195.007	1.388.587

(a) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos da carteira de câmbio são compostos por:

	2022	2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	341.702	167.155
(-) Adiantamento em moedas estrangeiras recebido	-	-
Direitos sobre vendas de câmbio	770.195	2.384.889
Total	1.111.897	2.552.044
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	777.891	2.395.499
Obrigações por compra de câmbio	338.553	168.184
Total	1.116.444	2.563.683

Foram efetuadas as compensações do saldos ativos e passivos da carteira de câmbio e incluímos os saldos líquidos no balanço patrimonial consolidado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(b) Negociação e intermediação de valores

Negociação e intermediação de valores refere-se, principalmente, a ajustes diários a pagar de operações em bolsa com entidades ligadas no montante de R\$ 523.236 (2021 - zero), comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 4.168 (2021 - R\$ 2.283), credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 168.367 (2021 - R\$ 873.470), a outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 9.023 (2021 - R\$ 9.684) e caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 65.448 (2021 - zero)

(c) Obrigações de arrendamento – Arrendatário

O Consolidado é arrendatário, principalmente, de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 2.918. Não há contratos de subarrendamento.

O total de passivos de arrendamento a valor presente reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado é apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante		
Até 1 ano	51.068	16.019
Total de pagamentos mínimos futuros	51.068	16.019

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas de depreciação	(14.578)	(13.234)
Receita/(despesa) de juros	(2.229)	(2.930)
Total	16.807	16.164

No período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 não houve ajuste de redução ao valor recuperável registrado no resultado do período.

(d) Diversas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos estão compostos por:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisão para outras despesas administrativas	36.440	39.750
Provisão para despesas de pessoal ⁽¹⁾	190.224	254.910
Passivos atuariais ⁽²⁾	754	1.411
Credores diversos – país	39.723	6.165
Total	267.141	302.236

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- (1) Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, a gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 120.198 (2021 - R\$ 168.502) e a impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 40.560 (2021 - R\$ 55.897).
- (2) O Consolidado oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela do custo do plano. O passivo atuarial reconhecido corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pelo Conglomerado aos colaboradores inativos, correspondendo à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo.

O valor registrado contabilmente em “Outros passivos - Passivo atuarial” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 754 (2021 – R\$ 1.411), tendo como contrapartida de “Outros resultados abrangentes”, um ganho de de R\$ 395 (2021 – zero), líquida dos efeitos fiscais.

17) Provisão para passivos contingentes e obrigações legais

- **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2022, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 1.157 (2021 – R\$ 814).

Apresentamos as movimentações ocorridas no período em relação as contingências registradas:

<u>Contingências trabalhistas</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Saldo Inicial	814	814
Adição	343	-
Saldo Final	1.157	814

Em 31 de dezembro de 2022, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações (2021 - zero).

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento sobre limites da coisa julgada em matéria tributária, permitindo a anulação de decisão tributária definitiva. A Administração entende não haver impactos para o Banco em função da referida decisão

- **Passivos contingentes regulatórios classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem contingências regulatórias classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução dos processos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

- **Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível**

O Consolidado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 452 (2021 – R\$ 425); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 5.182 (2021 – R\$ 4.907); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 10.167 (2021 – R\$ 9.213); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 7.916 (2021 – 7.093), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2022.

Ainda, o Consolidado é parte em processo na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que é caracterizado como passivo contingente e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

O processo envolve PIS e COFINS sobre as receitas de Exportação de Serviços para o período de 31 de março de 2013 à 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 9.413 (2021 – R\$ 9.413).

18) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2022, por 2.529.787.641 (2021 - 2.179.096.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 651.000, mediante a emissão de 651.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 85.000; (ii) dividendos declarados no montante de R\$ 520.000; e (iii) a utilização da Reserva Legal no montante de R\$ 46.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 204.986, mediante a emissão de 200.014.009 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real), oriundo de (i) de R\$ 13.389 a título de Reserva Legal; (ii) R\$ 33.213 a título de Reserva de Capital; e R\$ 158.384 a título de Reservas Estatutárias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de setembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 90.456, mediante a emissão de 90.456.032 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de (i) Juros distribuídos a título de Remuneração sobre o Capital Próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 72.250; (ii) retenção de lucros no montante de R\$ 18.206.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 28 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 55.250 líquido de efeitos tributários, mediante a emissão de 55.250.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real), oriundo de distribuição de Juros sobre Capital Próprio, líquido dos efeitos tributários. Esse aumento de capital encontra-se em fase de homologação junto ao BACEN.

(b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012, a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 17 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Reservas de capital” totalizava R\$ 33.213. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Reservas de capital” foi integralmente incorporado como aumento de capital.

(c) Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do Lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme o parágrafo segundo do referido artigo, a Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do Capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o Capital.

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e em 30 de junho de cada ano. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”) é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2012 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2022, foi aprovada a utilização da Reserva Legal para aumento de capital no montante de R\$ 13.389 (2021 - R\$ 46.000).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 370.312 (2021 - R\$150.421), sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 24.696 (2021 - R\$ 13.389)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

19) Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Consolidado e as partes relacionadas, a saber: com controladores (1), coligadas (2), e com outras partes relacionadas (3) estão representadas a seguir:

	2022		2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	8	11.363
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	-	8	11.363
Instrumentos financeiros derivativos	846.690	(3.470.989)	3.166.875	428.234
INSS Consignado Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (3)	(99)	(339)	-	-
Goldman Sachs International (2)	-	-	-	414
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	740.567	(752.006)	969.040	(233.810)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	106.222	(2.718.644)	2.197.835	661.630
Outros créditos – Negociação e intermediação de valores	109	(26.836)	625.220	16.235
Goldman Sachs International (2)	109	(24.707)	582.976	15.495
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	(1.751)	42.240	255
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	-	(378)	4	485
Outros ativos - Valores a receber de sociedades ligadas	226.021	365.419	225.852	612.555
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	26.154	121.087	49.223	190.493
Goldman Sachs Asset Management International (2)	2.594	7.264	2.475	6.389
Goldman Sachs Asset Management, LP. (2)	2.594	7.264	2.475	6.429
Goldman Sachs Capital Markets, LP. (2)	-	25.156	-	403
Goldman Sachs International (2)	193.203	192.174	164.575	396.873
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	185	2.203	163	1.929
J. Aron & Company (2)	178	615	157	1.137
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	888	9.656	836	8.901
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	207	-	5.905	(4)
Valores a receber de outras partes relacionadas (2)	18	-	43	5
Depósitos a prazo	(3.073.237)	(365.906)	(5.212.617)	(214.864)
Goldman Sachs & Co. LLC (2)	(567.035)	(62.479)	(377.137)	(12.647)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (2)	(3.561)	(336)	(2.625)	(110)
Goldman Sachs Participações Ltda. (2)	(6.139)	(682)	(5.563)	(311)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (3)	(1.211.691)	(138.899)	(1.307.880)	(58.895)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	(1.284.811)	(163.510)	(3.519.412)	(142.901)
Obrigações por operações compromissadas	(68.385)	(14.100)	(101.735)	(2.603)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (3)	(68.385)	(14.100)	(101.735)	(2.603)
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	(523.236)	-	-	-
Goldman Sachs International (4)	(445.785)	-	-	-
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (2)	(77.451)	-	-	-
Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	(87.545)	(24.657)	(98.575)	(11.536)
Goldman, Sachs & Co. LLC (2)	(1.351)	(16.189)	(3.090)	(11.511)
Goldman Sachs International (2)	(195)	(127)	(3.133)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(85.787)	(19)	(92.026)	-
GSBE SE, Sucursal en Espana (3)	-	(248)	-	-
GSBR SE, Paris Branch (3)	-	(7.670)	-	-
GSBR SE, Milan Branch (3)	-	(404)	-	-
Goldman Sachs Services Private Limited (3)	(15)	-	-	-
Goldman, Sachs & Co. (3)	(166)	-	-	-
Valores a pagar a outras partes relacionadas (2)	(31)	-	(326)	(25)
Empréstimos no exterior	(13.060.126)	(235.440)	1.804.914	(1.404)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(13.060.126)	(235.440)	1.804.914	(1.404)
Patrimônio líquido - Capital social	(2.529.788)	-	(2.179.150)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(2.527.258)	-	(2.176.971)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(2.530)	-	(2.179)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas, principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas chave da administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas chave da Administração os diretores estatutários do Consolidado.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	29.853	45.886
Encargos sociais curto prazo	7.509	14.403
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	11.993	18.842
Encargos sociais longo prazo	4.092	6.433

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Benefícios referem-se, principalmente, à férias, décimo terceiro salário, auxílio-creche, assistência médica, vale refeição e alimentação e seguro de vida.

20) Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Consolidado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Consolidado contribuiu com R\$ 5.174 (2021 - R\$ 4.176) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Consolidado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da *The Goldman Sachs Group, Inc.* (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex, prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Consolidado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

- **Unidades de ações restritas**

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Consolidado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação pela quantidade de ações:</u>	2022		2021	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (nº de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (nº de ações)
Saldo ao final do exercício anterior	18.332	33.565	27.215	30.668
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	25.584	9.153	19.059	5.267
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(935)	-	(5.904)	(127)
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	(28.873)	-	(26.701)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	(19.964)	19.964	(24.458)	24.458
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	505	-	2.420	-
Saldo ao final do exercício	23.522	33.809	16.154	33.565

<u>Movimentação pela média ponderada (Em Reais):</u>	2022		2021	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (média ponderada)
Saldo ao final do exercício anterior *	1.301,06	1.179,75	1.160,00	1.129,90
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	1.771,52	1.734,12	1.508,28	1.551,68
Prescrita (<i>forfeited</i>)	1.645,38	-	1.259,42	1.260,47
Entregue ⁽²⁾ (<i>delivered</i>)	-	1.217,29	-	1.161,57
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	1.491,03	1.491,03	1.255,29	1.255,29
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	1.625,61	-	1.379,55	-
Saldo ao final do exercício *	1.645,89	1.484,58	1.391,53	1.261,78

* O “saldo ao final do exercício” para o ano de 2022 difere do “saldo ao final do exercício anterior” em 2021, para fins dessa divulgação, em função da taxa utilizada para conversão dos valores em dólares em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

- (1) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 23.552 (2021 - R\$ 18.332)
- (2) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.217,29 (2021 - R\$ 1.161,57).

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

O Consolidado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrado na rubrica “Despesas de pessoal” o montante de R\$ 38.397 (2021 - R\$ 39.486) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão no Passivo.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conglomerado registrou uma despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 33.859 (2021 - R\$ 20.922).

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 85.787 (2021 - R\$ 91.392) (nota 16 (a)) registrado na rubrica “Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas”. A provisão de encargos sociais é de R\$ 29.167 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R\$ 31.162) registrada na rubrica “Outros passivos Provisão para despesas de pessoal”.

21) Receita de juros e similares

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Títulos e valores mobiliários	650.667	372.514
Operações de crédito	24.405	226
Aplicações em depósitos interfinanceiros	39.845	8.607
Aplicações em operações compromissadas	275.608	62.827
Total	990.525	444.174

22) Despesa de juros e similares

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Depósitos interfinanceiros	(35.135)	(7.318)
Depósitos a prazo	(422.625)	(224.678)
Captações no mercado aberto	(66.334)	(19.013)
Aplicações em moedas estrangeiras	(166.863)	(73.560)
Obrigações por empréstimos e repasses	(440.410)	(62.212)
Outros	(2.025)	(6.501)
Total	(1.133.392)	(393.282)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

23) Ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Títulos e valores mobiliários	254.120	(70.492)
Títulos de renda fixa	(306.054)	(482.706)
Títulos de renda variável	188.141	(47.008)
Lucros na venda de títulos públicos	372.033	459.222
Instrumentos financeiros derivativos	369.408	247.715
Operações de <i>swaps</i>	380.081	407.669
Opções de ações e de moedas	(882.323)	(117.579)
Operações com futuros	649.797	(32.054)
Outros	221.853	(10.321)
Total	623.528	177.223

24) Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	590.649	582.370
Rendas de corretagens de operações em bolsas	145.149	133.574
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	158.091	184.727
Rendas de comissões de colocação de títulos	8.216	72.195
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	11.859	10.831
Total	913.964	983.697

(1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.

(2) Em 31 de dezembro de 2022 referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros.

(3) Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

25) Outras receitas/(despesas) operacionais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Recuperação de encargos e despesas	330	1.080
Atualização monetária sobre tributos a recuperar	-	589
Reversão / (Provisão) passiva – Contingências	-	920
Despesas tributárias	(108.020)	(93.280)
Outros	(34.588)	23.408
Total	(142.278)	(67.283)

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

26) Despesas de pessoal

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Proventos	(307.603)	(325.567)
Encargos	(116.508)	(123.189)
Benefícios e treinamentos	(50.341)	(40.866)
Pagamento baseado em ações	(38.397)	(64.898)
Total	(512.849)	(554.520)

27) Outras despesas administrativas

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(54.208)	(83.317)
Depreciação e amortização	(25.896)	(20.593)
Processamento de dados	(19.592)	(14.873)
Serviços de terceiros	(7.156)	(7.196)
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	(5.368)	(4.886)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(7.371)	(8.522)
Materiais, manutenção e conservação de bens	(6.668)	(4.848)
Seguros, vigilância e segurança	(4.388)	(3.592)
Contribuições filantrópicas	(3.788)	(1.812)
Promoções e relações públicas	(2.310)	(1.309)
Viagens	(11.426)	(2.116)
Aluguel	254	(641)
Outras despesas administrativas	(14.461)	(14.360)
Total	(162.378)	(168.065)

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, serviços do sistema financeiro incluem comissões por indicação (“*referral fees*”) e comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas (“COE”) emitidos pelo Banco.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

28) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

(a) Cálculo do imposto sobre o lucro tributável

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	610.253	489.793
Juros sobre o capital próprio	(150.000)	(100.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	460.253	389.793
Alíquota vigente do imposto de renda e contribuição social	(207.114)	(175.406)
Diferenças temporárias	(17.951)	(89.853)
Diferenças permanentes (i)	179.183	40.281
Outros	(4.716)	(4.136)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(50.598)	(229.114)

(i) A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração do Consolidado alterou a metodologia do estudo de viabilidade de realização dos ativos fiscais diferidos, considerando as diferenças temporárias sem limitação de prazos de realização. Dessa forma, o montante de R\$149.194 (2021 – zero) foi considerado em Diferenças permanentes.

(b) Alíquotas efetivas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido antes da tributação	610.253	489.793
Impostos de renda e contribuição social	50.598	229.114
Alíquota efetiva	-8%	-47%

(c) Impostos correntes

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições sobre lucros ⁽¹⁾	127.474	60.171
Impostos sobre serviços de terceiros	10.519	17.769
Imposto e contribuições sobre salários	14.285	9.328
Outros	15.332	23.682
Total	167.610	110.950

(1) Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar, no montante de R\$ 14.431 (2021 - R\$ 13.790) foi compensado contra o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar, conforme requerido pelo IAS 12.

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

(d) Impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conglomerado detém ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias, no montante de R\$ 1.047.494 (2021 – R\$ 908.694). A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 7% nos primeiros 5 anos, 77% do sexto ao décimo ano e 16% ao longo dos 18 anos seguintes. O valor presente dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Conglomerado, monta a R\$ 439.744. Já o valor presente das obrigações fiscais diferidas monta a R\$ 846.495. O valor de ativos fiscais diferidos não ativado sobre o prejuízo fiscal monta a R\$ 9.051 (2021 – R\$ 9.051).

A origem do imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se, principalmente, à alíquota vigente sobre ajustes a valor de justo de instrumentos financeiros totalizando uma receita no montante de R\$ 123.501 (2021 - despesa de R\$ 78.382) e aos ajustes temporários decorrentes da conversão das práticas contábeis emitidas pelo Banco Central do Brasil e as normas em IFRS totalizando uma receita no montante de R\$ 81.584 (2021 - despesa de R\$ 1.118).

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações fiscais diferidas totalizam R\$ 1.015.487 (2021 - R\$ 750.429).

Para fins de apresentação do balanço patrimonial o saldo do passivo fiscal diferido foi compensado contra o saldo de ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo IAS 12

29) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os saldos não compensados no balanço patrimonial consolidado comparando a posição da contraparte (a compensação de ativos e passivos financeiros para uma determinada contraparte existe quando há um direito legal de compensação sob um acordo) e as garantias recebidas incluídas no contrato de crédito que não atendem aos critérios de compensação de acordo com o IFRS.

Nos casos em que o Consolidado recebeu ou incluiu garantias nos contratos de crédito, mas ainda não determinou se tais contratos são executáveis, a garantia relacionada não foi incluída nos montantes não compensados nos balanços patrimoniais consolidados.

Apresentamos abaixo as posições para 31 de dezembro de 2022 e de 2021 antes de compensação:

	31 de dezembro de 2022					
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		Total
				Instrum. financeiros	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	19.157.632	293.709	18.578.499	18.863.923	-	18.578.499

Demonstrações Financeiras Consolidadas Goldman Sachs Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais (exceto quando indicado)

Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(10.897.735)	(285.424)	(10.318.602)	(10.612.311)	-	(10.318.602)
--	--------------	-----------	--------------	--------------	---	--------------

31 de dezembro de 2021						
	Montante bruto ativos financ. reconhecidos	Montante bruto - reconhecido de forma líq. no BP	Montante líq. ativos financ. apresentados no BP	Montante relacionado não compensado no BP		Total
				Instrum. financeiros	Garantias recebidas	
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	5.780.399	411.210	4.840.604	5.369.188	-	4.840.604
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(6.324.647)	(528.585)	(5.384.852)	(5.796.061)	-	(5.384.852)

30) Eventos Subsequentes

I. Em 19 de janeiro de 2023, uma empresa brasileira de grande porte, a qual era contraparte do Grupo Goldman Sachs em contratos de derivativos, teve o seu pedido de recuperação judicial aprovado pelo judiciário brasileiro. Na decisão que aprova a recuperação judicial, foi confirmada a possibilidade de vencimento antecipado, compensação e execução de garantias no âmbito de operações de derivativos de balcão conforme expressamente previsto na Lei Brasileira de Falências e Recuperação de Empresas.

O Banco e sua coligada no exterior, a Goldman Sachs International (“GSI”), mantinham operações de derivativos de balcão com entidades do referido grupo empresarial e em decorrência da recuperação judicial exerceram o direito de vencimento antecipado e execução das garantias, conforme previsto nos respectivos contratos, cessando assim qualquer exposição do Banco perante a empresa, permanecendo unicamente a exposição da GSI no exterior.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 276.000, mediante a emissão de 276.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada, oriundo de Reservas de Lucros.

DIRETORIA		CONTADORA
André dos Santos Mendonça	Ricardo Donisete Stabile	Tatiana L. M. Navarro
Juliano Meira Campos Arruda	Ricardo Genis Mourão	Baldívieso CRC
Kathia Aparecida Autuori	Ricardo Henrique Tardelli Bellissi	1SP240271/O-7
Paula Penna Moreira	Sílvia Regina C. Valente	

